

PJE IESGO

Sistema de Simulação do Fluxo Processual para Cursos de Direito

Documento de Requisitos de Sistema

Versão 1.0

2026

1. Introdução

1.1 Contexto e Motivação

O PROJUDI (Processo Judicial Digital) é o sistema oficial mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que digitaliza e automatiza todo o trâmite processual judicial no Brasil, substituindo os autos físicos por registros eletrônicos e possibilitando o acesso remoto via internet por magistrados, advogados, procuradores e demais partes envolvidas.

O PJE IESGO é uma plataforma educacional voltada a alunos de cursos de graduação em Direito, desenvolvida com o objetivo de reproduzir fielmente o fluxo de criação e movimentação de processos judiciais em ambiente controlado, sem impactos em sistemas reais do Poder Judiciário. Os alunos atuam em diferentes papéis processuais (advogado, juiz, procurador, escrevão, entre outros), praticando os atos de forma sequencial, conforme determina o Código de Processo Civil (CPC) e a lógica operacional do PROJUDI.

1.2 Objetivos do Sistema

- Simular o ciclo de vida completo de um processo judicial, desde o ajuizamento da petição inicial até o trânsito em julgado ou arquivamento.
- Permitir a prática dos principais atos processuais por diferentes perfis de usuário em um ambiente seguro e didático.
- Reproduzir as regras de prazos, movimentações e intimações presentes no PROJUDI original e no CPC.
- Apoiar professores e coordenadores no acompanhamento, avaliação e feedback sobre o desempenho dos alunos em cada ciclo de simulação.
- Organizar alunos em grupos de trabalho, cada um responsável por um polo ou papel processual dentro do processo simulado.

1.3 Escopo do Sistema

O sistema abrange os seguintes módulos principais:

- Gestão de ciclos de simulação e grupos de trabalho
- Criação e autuação de processos judiciais
- Movimentação processual por diferentes perfis de usuário
- Controle de prazos processuais
- Agendamento e realização de audiências (inclusive virtuais)
- Anexação de documentos e peças processuais
- Avaliação e feedback do professor
- Perfis e permissões de usuário

2. Definições e Terminologia

Os termos a seguir são empregados ao longo deste documento com os significados definidos abaixo:

Termo	Definição
Ciclo de Simulação	Edição/turma da disciplina prática, com início, fim e processos atribuídos a grupos de alunos.
Processo Judicial	Ação simulada com número, vara, classe processual e partes fictícias cadastradas.
Movimentação Processual	Qualquer ato registrado no processo (petição, despacho, decisão, audiência, etc.).
Polo Processual	Posição de uma parte no processo: ativo (autor), passivo (réu) ou interveniente.
Papel Processual	Cargo ou função que o grupo de alunos exerce no processo: advogado do autor, advogado do réu, juiz, promotor, etc.
Prazo Processual	Período determinado para cumprimento de um ato processual por um grupo responsável.
Audiência	Ato processual presencial ou virtual agendado em data e hora específicas.
Parte Fictícia	Pessoa física ou jurídica inventada para fins de simulação, sem vínculo com dados reais.
Vara/Serventia	Unidade judicial fictícia pertencente a uma comarca igualmente fictícia.
Coordenador	Professor responsável pela criação e gestão do ciclo de simulação.
Segredo de Justiça	Restrição de acesso a um processo, permitida apenas a usuários autorizados.

3. Perfis de Usuário

O sistema contempla os seguintes perfis de usuário, cada qual com permissões e responsabilidades distintas dentro do fluxo processual simulado:

3.1 Coordenador/Professor

- Cria e gerencia ciclos de simulação.
- Cadastra e atribui processos a grupos de trabalho.
- Define os papéis processuais de cada grupo.
- Registra feedback e notas nas movimentações dos alunos.
- Acessa todos os processos do ciclo, independentemente de restrições.
- Pode encerrar ou reabrir processos e ciclos.

3.2 Advogado do Autor (Polo Ativo)

- Elabora e protocola a petição inicial para abertura do processo.
- Anexa documentos e procuração ao processo.
- Recebe intimações e responde dentro do prazo estabelecido.
- Protocola petições intermediárias (réplica, recursos, manifestações).
- Acompanha o andamento processual em tempo real.

3.3 Advogado do Réu (Polo Passivo)

- Recebe a citação eletrônica no sistema.
- Elabora e protocola a contestação dentro do prazo legal simulado.
- Protocola exceções, recursos e demais peças defensivas.
- Acompanha prazos e movimentações que lhe são direcionados.

3.4 Juíz

- Recebe os autos conclusos e analisa as movimentações.
- Profere despachos, decisões interlocutórias e sentenças.
- Designa audiências de conciliação, instrução e julgamento.
- Determina a expedição de citações, intimações e ofícios.
- Homologa acordos e declara o encerramento do processo.

3.5 Promotor/Procurador

- Atua nas causas em que a lei exige intervenção do Ministério Público ou da Fazenda Pública.
- Emite pareceres e manifesta-se sobre questões processuais.
- Recebe intimações específicas do Ministério Público.

3.6 Escrivão/Secretário de Vara

- Realiza movimentações cartorárias (autuação, expedição de citações e intimações, juntada de documentos).
- Controla prazos internos.
- Certifica atos processuais no sistema.
- Dá cumprimento a determinações do juiz.

4. Requisitos Funcionais

4.1 Gestão de Ciclos de Simulação

Os ciclos de simulação são o container principal de toda a atividade pedagógica. Cada ciclo representa uma edição da disciplina prática, reunindo alunos, grupos, processos e prazos.

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RF-CS01	O sistema deve permitir que o coordenador crie um ciclo de simulação informando nome da edição e semestre/ano.	Alta
RF-CS02	O sistema deve permitir que o coordenador altere o status do ciclo entre: Planejamento, Em andamento, Encerrado e Suspenso.	Alta
RF-CS03	O sistema deve permitir que o coordenador inscreva alunos em um ciclo existente.	Alta
RF-CS04	O sistema deve exibir ao coordenador um painel com todos os ciclos em que ele é responsável, com seus respectivos status.	Média
RF-CS05	O sistema deve impedir a criação de processos em um ciclo com status diferente de 'Em andamento'.	Alta

4.2 Gestão de Grupos de Trabalho

Os grupos de trabalho agrupam alunos para atuarem coletivamente em um mesmo papel processual dentro de um processo.

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RF-GT01	O sistema deve permitir que o coordenador crie grupos de trabalho vinculados a um ciclo, com nome e lista de membros.	Alta
RF-GT02	O sistema deve permitir a adição e remoção de membros a um grupo a qualquer momento antes de o ciclo ser encerrado.	Alta
RF-GT03	O sistema deve permitir que um aluno pertença a mais de um grupo no mesmo ciclo, para fins de papéis em processos distintos.	Média
RF-GT04	O sistema deve exibir aos membros do grupo os processos nos quais o grupo possui papel processual atribuído.	Alta

4.3 Criação e Autuação de Processos

A criação de um processo reproduz o ato de ajuizamento e autuação, etapa inicial do fluxo no PROJUDI original. O advogado do polo ativo protocola a petição inicial e o sistema gera o número do processo e o distribui à vara simulada.

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RF-PR01	O sistema deve permitir que o aluno com papel de advogado do autor crie um processo judicial, informando: classe processual, vara/serventia, valor da causa, indicação de segredo de justiça e partes fictícias.	Alta
RF-PR02	O sistema deve gerar automaticamente um número de processo no formato simulado após o protocolo da petição inicial.	Alta
RF-PR03	O sistema deve registrar a data e hora de autuação automaticamente ao criar o processo.	Alta
RF-PR04	O sistema deve permitir vincular partes fictícias ao processo nos polos ativo e passivo, com indicação do tipo de polo.	Alta
RF-PR05	O sistema deve permitir cadastrar partes fictícias com nome/razão social, CPF/CNPJ e tipo de pessoa (física ou jurídica).	Alta
RF-PR06	O sistema deve associar automaticamente o processo ao ciclo de simulação ativo no momento do protocolo.	Alta
RF-PR07	O sistema deve permitir atribuir papéis processuais a grupos de trabalho no momento da criação do processo ou imediatamente após, configurando qual grupo atua como advogado do autor, advogado do réu, juiz, promotor, entre outros.	Alta
RF-PR08	O sistema deve exibir a lista de processos do ciclo com filtros por status, classe processual, vara e número.	Média
RF-PR09	O sistema deve permitir que processos marcados como segredo de justiça sejam visíveis apenas para os grupos participantes e o coordenador.	Alta

4.4 Movimentações Processuais

As movimentações são o coração do sistema, registrando cada ato praticado no processo. No PROJUDI original, toda movimentação gera um evento identificado por tipo, data e autor responsável. No sistema simulado, o mesmo comportamento deve ser reproduzido, restringindo os tipos de movimentação conforme o papel processual do usuário.

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RF-MV01	O sistema deve permitir o registro de movimentações processuais informando: tipo do movimento, descrição do evento e data/hora (automática).	Alta
RF-MV02	O sistema deve restringir os tipos de movimentação permitidos de acordo com o papel processual do usuário logado.	Alta
RF-MV03	O sistema deve disponibilizar os seguintes tipos mínimos de movimentação: Protocolo de Petição Inicial, Autuação e Distribuição, Conclusão ao Juiz, Despacho, Decisão Interlocutória, Citação Expedida, Citação Cumprida, Contestação Protocolada, Réplica Protocolada, Designação de Audiência, Intimação Expedida, Sentença Prolatada, Trânsito em Julgado e Arquivamento.	Alta
RF-MV04	O sistema deve exibir o histórico cronológico completo de movimentações de um processo, com data, tipo e autor de cada ato.	Alta

RF-MV05	O sistema deve exibir notificação ou alerta ao grupo responsável sempre que uma nova movimentação que lhe diga respeito for registrada no processo.	Alta
RF-MV06	O sistema deve impedir que um grupo registre movimentações fora do seu papel processual ou fora da ordem lógica do fluxo processual definido.	Alta
RF-MV07	O sistema deve registrar automaticamente o autor de cada movimentação com base no usuário autenticado.	Alta
RF-MV08	O sistema deve permitir ao coordenador invalidar uma movimentação registrada incorretamente, com registro de justificativa.	Média

4.5 Controle de Prazos Processuais

O controle de prazos é fundamental para simular a dinâmica real do processo judicial, onde a inércia pode acarretar consequências como revelia, preclusão ou extinção do processo.

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RF-PZ01	O sistema deve permitir a criação de prazos processuais vinculados a um processo e a um grupo responsável, com descrição, data limite e status.	Alta
RF-PZ02	O sistema deve atualizar automaticamente o status do prazo para 'Cumprido' quando o grupo responsável registrar a movimentação correspondente dentro do prazo.	Alta
RF-PZ03	O sistema deve atualizar o status do prazo para 'Vencido' automaticamente quando a data limite for ultrapassada sem cumprimento.	Alta
RF-PZ04	O sistema deve enviar alertas internos ao grupo responsável quando o prazo estiver próximo do vencimento (sugestão: 48 horas antes).	Alta
RF-PZ05	O sistema deve exibir ao coordenador um painel de prazos vencidos e pendentes por ciclo, permitindo intervenção pedagógica.	Média
RF-PZ06	O sistema deve permitir que o coordenador prorrogue um prazo processual, registrando o motivo da prorrogação.	Média
RF-PZ07	O sistema deve criar automaticamente prazos-padrão após certas movimentações (ex.: 15 dias para contestação após citação cumprida).	Alta

4.6 Audiências

O módulo de audiências abrange o agendamento de atos como audiência de conciliação, instrução e julgamento, com suporte a salas virtuais, reproduzindo funcionalidade presente nas versões mais recentes do PROJUDI (Conciliação Virtual/Balcão Virtual).

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RF-AU01	O sistema deve permitir que o juiz (ou escrivão por determinação judicial) agende audiências vinculadas a um processo, informando data, hora, tipo e status.	Alta

RF-AU02	O sistema deve suportar os seguintes tipos de audiência: Conciliação, Mediação, Instrução e Julgamento, Una e Especial.	Alta
RF-AU03	O sistema deve gerar automaticamente uma movimentação de 'Designação de Audiência' no processo ao confirmar o agendamento.	Alta
RF-AU04	O sistema deve expedir intimações automáticas a todos os grupos com papel processual no processo quando uma audiência for agendada.	Alta
RF-AU05	O sistema deve suportar audiências virtuais, com campo para armazenamento do link da sala.	Alta
RF-AU06	O sistema deve permitir o registro do resultado da audiência (realizada com acordo, realizada sem acordo, não realizada, adiada) como movimentação processual.	Alta
RF-AU07	O sistema deve permitir o cancelamento ou redesignação de audiências, gerando a movimentação correspondente.	Média

4.7 Anexação de Documentos

O módulo de documentos permite que cada movimentação possua arquivos vinculados, simulando a juntada de peças processuais, documentos e provas ao processo.

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RF-DO01	O sistema deve permitir o upload de arquivos (PDF, DOCX, JPG, PNG) vinculados a uma movimentação processual específica.	Alta
RF-DO02	O sistema deve registrar automaticamente título, caminho e data de upload para cada documento anexado.	Alta
RF-DO03	O sistema deve exibir a lista de documentos anexados a cada movimentação na visualização dos autos.	Alta
RF-DO04	O sistema deve restringir a visualização de documentos de processos em segredo de justiça apenas aos grupos participantes e ao coordenador.	Alta
RF-DO05	O sistema deve definir um limite de tamanho por arquivo (sugestão: 10 MB) para fins pedagógicos.	Baixa

4.8 Feedback e Avaliação do Professor

O módulo de feedback permite ao coordenador/professor avaliar movimentações específicas realizadas pelos alunos, oferecendo comentários e notas para fins pedagógicos.

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RF-FB01	O sistema deve permitir que o professor/coordenador registre feedback em qualquer movimentação processual, com comentário textual e nota de 0 a 10.	Alta
RF-FB02	O sistema deve exibir o feedback ao grupo responsável pela movimentação avaliada, com destaque visual.	Alta
RF-FB03	O sistema deve permitir que o professor edite ou exclua um feedback previamente registrado.	Média

RF-FB04	O sistema deve gerar um relatório de desempenho por grupo, consolidando as notas atribuídas ao longo do ciclo.	Média
RF-FB05	O sistema deve exibir ao aluno um histórico de feedbacks recebidos nas suas movimentações.	Alta

4.9 Autenticação e Gestão de Usuários

O controle de acesso garante que cada usuário veja e interaja apenas com as informações e funcionalidades pertinentes ao seu perfil, ciclo e grupo.

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RF-US01	O sistema deve exigir autenticação com usuário e senha para acesso a qualquer funcionalidade.	Alta
RF-US02	O sistema deve suportar os perfis globais: Aluno, Professor/Coordenador e Administrador.	Alta
RF-US03	O sistema deve permitir que o administrador cadastre, ative, desative e exclua usuários.	Alta
RF-US04	O sistema deve exibir ao usuário apenas os processos e informações pertinentes ao seu papel, ciclo e grupo.	Alta
RF-US05	O sistema deve registrar data e hora do último acesso de cada usuário.	Baixa
RF-US06	O sistema deve permitir a recuperação de senha via e-mail cadastrado.	Média

5. Requisitos Não Funcionais

5.1 Usabilidade

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RNF-US01	A interface deve ser intuitiva para alunos sem experiência prévia com sistemas judiciais, com textos explicativos e dicas contextuais em cada ação processual.	Alta
RNF-US02	O sistema deve ser responsivo e acessível via navegadores web modernos (desktop e mobile).	Alta
RNF-US03	O sistema deve exibir mensagens de erro claras e orientativas quando uma ação for bloqueada por regra processual ou prazo vencido.	Alta

5.2 Segurança

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RNF-SE01	O acesso ao sistema deve ser protegido por autenticação segura, com senhas armazenadas em hash.	Alta
RNF-SE02	O sistema deve aplicar controle de acesso baseado em papéis (RBAC), impedindo ações não autorizadas.	Alta
RNF-SE03	Processos em segredo de justiça devem ser inacessíveis a usuários não participantes, inclusive em consultas e listagens.	Alta

5.3 Desempenho

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RNF-DE01	O sistema deve suportar múltiplos ciclos simultâneos com até 200 alunos ativos sem degradação perceptível de desempenho.	Média
RNF-DE02	O carregamento dos autos de um processo (histórico de movimentações) deve ocorrer em menos de 3 segundos.	Média

5.4 Rastreabilidade

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RNF-RA01	Toda movimentação deve registrar obrigatoriamente o autor, data e hora, sendo imutável após o registro, exceto por invalidação do coordenador com justificativa.	Alta
RNF-RA02	O sistema deve manter log de acessos e ações relevantes para fins de auditoria pedagógica.	Média

6. Regras de Negócio

ID	Descrição do Requisito	Prioridade
RN-01	Um processo só pode ser criado por um aluno que possua papel de advogado do autor em um grupo vinculado ao ciclo ativo.	Alta
RN-02	Cada grupo só pode praticar os atos processuais correspondentes ao seu papel no processo.	Alta
RN-03	A contestação somente pode ser registrada após o cumprimento da citação e dentro do prazo definido.	Alta
RN-04	A sentença somente pode ser prolatada pelo grupo com papel de juiz, e apenas após as fases anteriores obrigatórias.	Alta
RN-05	Prazos vencidos não impedem o registro da movimentação, mas geram alerta ao grupo e ao coordenador, com impacto na avaliação.	Alta
RN-06	Em processos com segredo de justiça, apenas grupos com papel processual vinculado e o coordenador podem visualizar os autos e documentos.	Alta
RN-07	O feedback do professor só pode ser vinculado a uma movimentação existente, e o professor não pode ser o autor da movimentação avaliada.	Média
RN-08	Uma audiência só pode ser agendada por usuário com papel de juiz ou escrivão, e deve estar associada a um processo ativo.	Alta
RN-09	A parte fictícia é reutilizável entre processos, mas cada associação de parte a um processo é única por processo e polo.	Média
RN-10	Um aluno pode participar de múltiplos grupos e processos dentro do mesmo ciclo, exercendo papéis diferentes.	Média
RN-11	O coordenador pode observar e comentar qualquer movimentação, mas não pode praticar atos processuais no lugar dos alunos.	Alta
RN-12	O número do processo deve seguir o padrão CNJ (Res. 65/2008): NNNNNNN-DD.AAAA.J.TT.OOOO, adaptado ao contexto simulado.	Média

7. Considerações Finais e Recomendações

7.1 Fidelidade ao PROJUDI Original

O sistema deve reproduzir a lógica e a nomenclatura do PROJUDI de forma didática, sem ser uma cópia técnica do software oficial. O objetivo é que o aluno, ao concluir o ciclo de simulação, reconheça imediatamente os fluxos e terminologias ao operar o PROJUDI real nas práticas forenses e estágios.

7.2 Flexibilidade Pedagógica

Os prazos processuais simulados devem ser configuráveis pelo coordenador em cada ciclo. O sistema deve permitir ao professor acelerar ou pausar o fluxo para fins didáticos, sem comprometer a integridade dos registros.

7.3 Extensibilidade

A arquitetura do sistema deve ser planejada de forma a permitir a expansão futura de funcionalidades como: simulação de recursos, cartas precatórias, cumprimento de sentença e execução. Recomenda-se projetar o sistema de modo a permitir a adição de novos tipos de movimentação e fluxos processuais sem necessidade de grande refatoração.

7.4 Conformação Legal

Embora o sistema seja estritamente educacional, recomenda-se que os atos e prazos simulados respeitem os ditames do CPC (Lei 13.105/2015) e da Lei de Informatização do Processo Judicial (Lei 11.419/2006), reforçando o aprendizado normativo dos alunos.